



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Faculdade de Educação
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema
Prisional

Magna Maria Rebouças Lima

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO CENTRO
EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO

Fortaleza
2012

MAGNA MARIA REBOUÇAS LIMA

**AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO CENTRO
EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema Prisional como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação. Área de concentração: Educação de Jovens e Adultos.

Orientação: Prof^a. Dra. Maria José Barbosa

**Fortaleza
2012**

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO

MAGNA MARIA REBOUÇAS LIMA

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ___/___/___

Profa. Dra. Maria José Barbosa
Orientador(a)

Magna Maria Rebouças Lima
Orientanda/o

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Profª Drª Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

Dedico este trabalho a aos meus amigos e familiares, pelo apoio nos momentos difíceis e pelas comemorações de vitórias.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, por me conduzir, iluminar e amparar.

A família, fonte de inspiração, força e perseverança, por tudo que representam em minha vida.

Aos professores, amigos e colaboradores, meu apreço, por participarem nesta elaboração.

À professora Dra. Maria José Barbosa, pelos ensinamentos apoio e grande contribuição na orientação para qualidade deste trabalho.

Aos professores participantes da pesquisa, por me possibilitarem esta alameda de correspondência de ensinamentos.

Aos amigos esquecidos, tornem-se aqui lembrados, muito obrigado.

Enfim, sou grata a todos que, de alguma forma, puderam contribuir para que esse trabalho fosse realizado.

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo identificar as dificuldades dos professores sobre o processo de avaliação dos educandos internos no Centro Educacional São Francisco (CESF). Com isso, seguem os objetivos específicos: identificar as práticas avaliativas nas turmas da Educação de Jovens e Adultos e conhecer a opinião docente sobre a avaliação da aprendizagem realizada na sala de aula. Para tanto, procurou-se contextualizar os direitos do adolescente em conflitos com a lei e suas conquistas frente às políticas públicas referentes aos mesmos. Levantou-se, também o conceito e as funções da avaliação e as técnicas e instrumentos aplicados para que a aprendizagem efetiva aconteça para os educandos daquela unidade assistencial. Assim, recorreu-se, para embasar teoricamente o assunto nas concepções de Camargo (2012), Kraemer (2005), Libâneo (2003), Oliveira (2003), Santos e Varela (2007), dentre outros especialistas que tratam do assunto. A pesquisa, quanto a metodologia é exploratória e descritiva na medida em que se explicam fenômenos, suas características, causas e relações com outros fatos. Quanto ao tipo é bibliográfica e de campo, apresentando os resultados a partir da análise dos dados coletados através das entrevistas realizadas com os professores em questão. A partir do exposto, pode-se concluir que para que se construa e reconstrua o significado da ação avaliativa de acompanhamento permanente do desenvolvimento do educando, é necessário revitalizá-lo no dinamismo que se encerra de ação-reflexão-ação.

Palavras-chave: Adolescência. Avaliação. Humanização.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Sexo.....	39
Tabela 2 -	Tempo de serviço.....	39

.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESF	Centro Educacional São Francisco
DECECA	Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
INDESA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social.
MCJ	Movimento Consciência Jovem
ONG	Organização Não Governamental
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.....	13
2.1 O ECA e a garantia de políticas públicas para proteção da criança e do adolescente	15
3 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....	26
3.1 Conceito.....	26
3.2 Funções da Avaliação Educacional.....	28
3.3 Técnicas e instrumentos mais utilizados.....	32
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	36
3.1 Local da pesquisa.....	36
3.2 Participantes da pesquisa.....	37
3.3 Método e Técnicas de coleta de dados.....	38
5 A AVALIAÇÃO REALIZADA NO CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXO.....	51

1 INTRODUÇÃO

A avaliação escolar sempre constituiu um assunto que não deixa de estar evidente em todos os momentos da história educacional no Brasil. Isso representa uma realidade que deve sempre ser retomada, pois é preciso que a escola reconheça a importância de se realizar uma avaliação que trate o aluno como um personagem que merece estímulo e estímulo, e não julgamento e diagnóstico.

Na realidade escolar, a prática da avaliação é totalmente desvinculada dos desafios que o educando enfrenta. Embora todos os alunos sejam tidos como “sujeitos iguais”, o acesso ao conhecimento não se estabelece dentro deste critério de igualdade, já que, por mais que se esforcem nem todos os alunos terão o sucesso escolar e a ascensão social, justamente porque existem diferentes classes sociais e seus membros terão destinos totalmente diferentes.

A verdade é que a avaliação ocorre na sala de aula, mas a sua base está no sistema de ensino, que corresponde a interesses de um determinado sistema social. Torna-se imprescindível que a avaliação se processe num esquema de totalidade, em que o aluno como personagem principal, seja reconhecido em suas deficiências e estimulado em suas potencialidades.

Nos Centros Educacionais de Ressocialização para adolescentes em conflito com a lei a avaliação ocorre de forma inadequada, com o um fim em si mesmo, onde o professor utiliza provas escritas, orais, trabalhos, valorizando as notas e repetição do conteúdo que foi repassado. Então, a aprendizagem é medida por meio de reforçamento do que aprendido, através das notas obtidas pelos alunos.

A prática da avaliação não deve ser exercida somente na vivência escolar, mas é preciso que envolva toda a realidade de onde o aluno mora, trabalha, enfim, de onde acontece a sua vida. Assim, é importante que satisfaça às necessidades do aluno frente ao que ele irá enfrentar no cotidiano e no seu ingresso na vida em sociedade.

Dessa forma, a escola reconhece que são visíveis os desafios pelos quais ela está envolvida e é exigida constantemente, e nesse parâmetro, as novas feições avaliativas estão se modificando dado ao fato da tomada de consciência na hora de avaliar. Pautada nestas reflexões, chegou-se ao seguinte questionamento: Quais as dificuldades dos professores dos centros educacionais sobre o processo de avaliação dos alunos?

Para tanto, tomou-se como objetivo geral identificar as dificuldades dos professores sobre o processo de avaliação dos educandos internos no Centro Educacional São Francisco (CESF). Visam com os objetivos específicos: identificar as práticas avaliativas nas turmas da Educação de Jovens e Adultos e conhecer a opinião docente sobre a avaliação da aprendizagem realizada na sala de aula.

Procurou-se contextualizar os direitos do adolescente em conflitos com a lei e suas conquistas frente às políticas públicas referentes aos mesmos, buscando ainda, destacar o conceito e as funções da avaliação e as técnicas e instrumentos aplicados para que a aprendizagem efetiva aconteça para os educandos daquela unidade assistencial.

Para embasar teoricamente o assunto recorreu-se nas concepções de Camargo (2012), Kraemer (2005), Libâneo (2003), Oliveira (2003), Santos e Varela (2007), dentre outros especialistas que tratam do assunto.

O procedimento metodológico da pesquisa, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva na medida em que se explicam fenômenos e suas características, com abordagem qualitativa, partiu-se de uma revisão de literatura complementada por uma pesquisa de campo realizada no Centro Educacional São Francisco através de entrevista e questionário aplicado com 11 professores da referida instituição.

A pesquisa encontra-se dividida em quatro capítulos, onde o primeiro apresenta o adolescente em conflito com a lei. O segundo capítulo refere-se à avaliação, desde o seu conceito às técnicas e instrumentos mais utilizados. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos do presente estudo. E o último capítulo analisa e discute as entrevistas realizadas com o corpo docente sobre a contribuição da avaliação para o processo educacional.

2 ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Este capítulo refere-se aos direitos da criança e do adolescente, enfatizando os impactos da sociedade, suas conquistas e as políticas públicas referentes aos mesmos. Paralelamente à pressão social exercida e ao evidente caos da economia mundial, onde cada vez mais a sociedade tem que adotar uma postura participativa, a legislação que garante os direitos das crianças e dos adolescentes vem ao encontro de tais anseios libertários.

O Direito da Criança e do Adolescente é um conjunto de disposições que tem por objetivo reger a atividade comunitária em relação ao menor. Até pouco tempo, havia a denominação “direito do menor” para indicar a legislação que visava a proteger os não-adultos. Tal nomenclatura aliava-se à ideia de que a criança e o adolescente eram menores em suas importâncias, em contraposição ao adulto. A História, porém, mudou.

A forma como a sociedade lida com a infância, suas práticas coletivas e o nível de interação entre as diversas gerações vêm sendo registrados por diversos autores. Ao referir-se como a sociedade europeia, do início do Século XX, entendia a infância, com toda a propriedade, Janusz Korczak abordou a limitação dos adultos em conceder espaço para que as crianças pudessem assumir um papel participativo no contexto social (PIRES, 2009, p. 95).

No Brasil, antes dos institutos protetivos da infância, a sociedade enxergava com descaso os meninos e meninas abandonados por suas famílias e também aqueles que, por medida de sobrevivência, enveredavam no mundo da violência e da criminalidade. Neste contexto, foi natural o desenvolvimento da prática assistencialista e caritativa pelo poder público e parte da sociedade aos menores abandonados, e da penalização e discriminação em geral aos menores delinquentes que eram deixados à margem da sociedade.

Em meio a essa situação é que se popularizou a expressão “menor” para referir-se aos meninos e meninas excluídos pela sociedade e esquecidos pelo poder público. Entretanto, esta nomenclatura vinha carregada por um sentido pejorativo, como uma marca, um rótulo que abarcava abandonados e delinquentes num mesmo contexto, não fazendo qualquer distinção entre eles.

Posteriormente com o desenvolvimento social e o surgimento de uma nova legislação oriunda de ampla participação da sociedade com adesão de segmentos não governamentais, bem como de alguns entes políticos e da própria igreja, fortaleceu uma

grande corrente impulsionada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança que almejava mecanismos protetivos, sociais e jurídicos aos infantes. Assim, a política assistencialista e caritativa que dominou o cenário público por diversos anos deu espaço à doutrina da proteção integral, que analisa caso a caso não excluindo ninguém, porque visualiza não o “menor”, mas a criança e o adolescente como um todo, independente da sua situação social, racial, familiar ou econômica.

Dentro do conceito de menor, é distinta a situação da “criança” e do “adolescente”. Por exemplo, a criança infratora fica sujeita às medidas e proteção previstas no artigo 101, que implicam um tratamento através de sua própria família ou da comunidade, sem que ocorra privação de liberdade. (LIMA et al., 2011)

Por meio do entendimento da noção de dignidade da pessoa humana também estendida aos “menores de idade”, a legislação acolheu a ideia de “direitos da criança e do adolescente”, o que, simbolicamente, fez com que fossem elevados de status.

Traz-se, a seguir, uma série de conceituações doutrinárias sobre o tema, informando que ainda há autores que denominam esse conjunto de direitos como Direitos do Menor. Segundo Cavallieri Filho (2001, p. 10), “[...] o Direito do Menor é constituído de um conjunto de normas jurídicas que definem a situação irregular do menor, seu tratamento e a prevenção”.

Sabe-se ainda que, o Direito do Menor é como um Direito especial, eminentemente intuitivo, que tem por objeto a proteção integral do indivíduo, desde sua concepção, até sua plena capacidade de agir, que se inicia com a maioridade, para integrá-lo harmonicamente na convivência social.

Na verdade, o direito do menor decorre do famigerado direito penal, essencialmente repressivo, mas que devido a sua falibilidade, vem tornando-se mais recuperativo, contudo essa política ainda é pouco utilizada, mesmo porque não tem demonstrado resultados positivos e tem recebido muitas críticas. (OLIVEIRA, 2003, p. 374).

O Estatuto da Criança e do Adolescente objetiva a proteção de qualquer menor, mesmo que tenha família e goze de boa situação econômica, desde que seja atingido por qualquer situação de risco.

A esse respeito, segundo Bossa (2000), a criança e o adolescente são uma totalidade e é para isso que se deve ter um olhar. Eles têm um corpo e uma vida que é mais do que ter, por exemplo, somente garantia a educação, mas, também são cidadão de direitos.

2.1 O ECA e a garantia de políticas públicas para proteção da criança e do adolescente

De acordo com Oliveira (2003), o fato é que a responsabilidade do menor foi alvo de constantes discussões, desde os tempos mais remotos, em todos os sistemas jurídicos. Admitia-se que o homem não poderia ser responsabilizado pessoalmente pela prática de um ato tido como contrário ao julgamento da sociedade, sem que para isso tivesse alcançado uma certa etapa de seu desenvolvimento mental e social. No entanto, os menores passaram por exaustivos sacrifícios, inclusive tendo que pagar com a própria vida até garantir uma codificação de seus direitos mais fundamentais.

A situação do menor carente em alguns países do mundo despertou um interesse da sociedade sob seu aspecto político, econômico, social e humanitário, mas, sobretudo moral. A solidariedade social com relação à situação jurídica de milhares de pessoas com idade abaixo de 18 anos, surgiu através da moralização do que, juridicamente, havia em favor deles.

Tanto o Estado como a própria sociedade acha-se integrado numa organização social, que vem desde os primórdios do homem sobre a terra, sempre dotada de poder e autoridade suficiente para determinar o comportamento do grupo.

A preocupação primordial foi sempre a participação do povo na organização do estado, na formação e na atuação do governo, por se considerar implícito que o povo, expressando livremente sua vontade soberana, saberá resguardar a liberdade e a igualdade (DALLARI, 2003, p.151).

Para garantir esta organização, o Estado atua através da promoção de políticas públicas de desenvolvimento. No Brasil, como Estado do bem-estar social observa-se a atuação nos diferentes setores, sociais e econômicos, na tentativa de se alcançar um equilíbrio, diminuindo-se diferenças entre a população e como medida de fortalecimento do país. Neste contexto de políticas públicas de desenvolvimento, observa-se, portanto, uma especial atenção dada às crianças e adolescentes do país.

Assim é que dispõe o Art. 4º do Estatuto da Criança e Adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p.2)

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem inaugurar um novo movimento de proteção à criança e ao adolescente, manifestando os ideais democráticos trazidos com o novo ordenamento jurídico brasileiro em 1988.

Esse movimento teve um significativo saldo de conquistas e realizações em favor da infância e da juventude, com uma identidade, estrutura e funcionamento diferenciados dos demais segmentos do movimento social, exibindo ainda uma organização ampla e capilar em todo o País. Acima de tudo, entretanto, é importante salientar que a força transformadora e o vivo compromisso que animam essa luta têm sido suficientes para superar os duros revezes que, nos últimos anos, impactaram negativamente o desempenho de outros segmentos organizados e comprometidos com mudanças no Estado e na sociedade brasileira.

Tratar-se-á, então, da política de proteção integral do menor. De acordo com o Pinheiro (2006, p.37), “[...] é assegurada prioritariamente a efetivação de políticas públicas para estimular o desenvolvimento da criança e da juventude e que os ponha a salvo de tratamentos desumanos, violento, vexatório e aterrorizante”. Portanto, a prioridade, no caso específico representa que deve ser assegurado o direito a todos os que necessitam de prestação desse serviço.

O fomento de políticas públicas relacionadas à proteção das crianças e dos adolescentes em risco apresenta como maior dificuldade o fato das graves disparidades socioeconômicas de grande parte daqueles, aliada à forte desestrutura familiar. Especificamente quanto aos adolescentes infratores, a problemática se estende porque há a noção de impunidade, face na realização dos objetivos elencados pela doutrina de proteção integral.

Para alguns, a violência dos jovens, igual às outras violências, não é nova e nem perigosa, como se repete continuamente. Ela é minoritária e não é essencialmente distinta de outras manifestações de criminalidade. Sua peculiaridade e, portanto, sua explicação reside no âmbito que os jovens desenvolvem em seu cotidiano, nos papéis sociais que eles desempenham e nas condições das relações entre eles e de suas características psicossociais.

Ressalvando alguns tipos de manifestações criminosas mais violentas (homicídios e outras violências graves contra pessoa, crimes patrimoniais praticados com violência ou graves ameaças, tráfico de entorpecentes, violências sexuais), que encontram seus principais vetores em razões socioeconômicas bem definidas, os adolescentes poderiam ser estudados em um capítulo à parte nos seus atos de desviação (MASSA, 2003).

Em qualquer das distintas visões defendidas por diferentes autores, a desviação, que foi interpretada até os anos 60 do século passado privilegiando seus aspectos causais etiológicos e patológicos, sofreu um processo de modificação bastante acentuado.

As definições de atos desviantes são relativas e, pois, variáveis, devendo ser entendidas sob o prisma da coexistência social da diversidade humana. Se a desviação parece fazer referência, de alguma maneira, ao terreno das normas, a diversidade, ao contrário, não parece apresentar qualquer dificuldade como fenômeno que tenha que produzir conflito no mundo normativo. O certo é que para os teóricos da teoria da rotulação social o delinquente apenas se distingue do homem comum devido ao processo de estigmatização que sofre (LABANCA, 2002).

Não obstante tal discussão ser abordada em inúmeros trabalhos de criminologia, é importante verificar se a criminalidade juvenil tem particularidades que a identificam. Se assim fosse, seria praticamente desnecessária, sob a perspectiva punitiva, qualquer reação estatal sob a ótica da prevenção especial ou geral, desautorizando-se medidas institucionais, salvo em casos excepcionais - naqueles fatos delituosos que se aproximassem da criminalidade comum nos seus vetores essenciais. A intervenção estatal seria autorizada somente para a reafirmação dos valores da norma, o que eliminaria, na maior parte dos casos, uma justificativa para uma punição mais severa.

Parece existir, na realidade, um momento da vida do ser humano em que as alterações biológicas, psicológicas, bem como o papel social que ele desempenhará, fazem com que esse ser, com personalidade em formação, deixe de ser o que era - uma criança - e ainda não seja o que virá a ser mais tarde - um adulto. Cavallieri Filho (2001), Lima (2004) e outros consideram, pois, a adolescência como um período em que os jovens afrontam a dupla tarefa psicossocial: da separação da família e da formação de um conceito de si, voltado para a idade adulta. Sabemos todos, por nossa própria existência - e pelo que vivemos com nossos filhos - como é difícil a adolescência. Cobranças aparecem de todos os lados. Não se é mais criança, e ainda não se chegou à idade adulta. A autoimagem do adolescente vacila, treme,

sem muita nitidez. Enquanto crianças, as pessoas acreditam em tudo que os cerca. Chegam a crer serem o centro do mundo e são treinadas para acreditar em tudo. Amadurecendo, todos passam a ser treinados para a descrença. Para evoluir é necessário descreer.

Na maioria dos países, sejam eles desenvolvidos, emergentes ou subdesenvolvidos, a juventude é a mais frequente fonte de transgressão da lei. É nesta faixa etária que furtos, arrombamentos, brigas de rua e perturbação da ordem acontecem. Retirar esses atos juvenis da categoria de “crimes” e incluí-los na equação binária “comportamento jovem normal” e “comportamento disfuncional minoritário “é uma forma de inclusão”. E representar a delinquência ‘grave’ desta última como determinada pela falta de educação social, em vez de intencional, remove um espectro constante da teoria do contrato liberal: a possibilidade de que pudesse significar desigualdade de classe”.

Inúmeras pesquisas demonstram a existência de uma idade de pico, o que não permite justificar a necessidade de intervenção do Estado para compensar os defeitos da educação. Mesmo estudos ligados a uma visão mais conservadora da criminologia identificam uma curva etária da criminalidade juvenil mais ou menos homogênea e que observa um decréscimo da criminalidade, quando os autores de delitos se aproximam de um momento de maturidade. Até quatorze anos a criminalidade é relativamente baixa, tem subida acentuada dos quatorzes aos dezoito anos, estabilidade dos dezoito aos vinte e três ou vinte e quatro anos e decréscimo significativo dos vinte e quatro anos em diante.

Portanto, tais conquistas que nortearam as políticas públicas destinadas à criança e adolescentes que foram absorvidas pelo ECA e estão divididas em: políticas básicas pois são aquela que constituem direito de todas as crianças e adolescentes e dever do estado que são a educação, saúde proteção no trabalho, profissionalização, cultura esporte, lazer e recreação. Estas são destinadas a todo o conjunto da população, políticas de assistência social destinadas a pessoas ou grupos específicos que se encontram numa situação de vulnerabilidade temporária ou permanente como exemplo, a complementação alimentar e os abrigos.

Políticas de proteção especial destinam-se a crianças e adolescentes em cuja realidade estão presentes situações de risco e vulnerabilidade, que não estejam relacionadas simplesmente a fatores socioeconômicos.

Políticas de garantias que são todas as estruturas de ações, projetos, programas da sociedade civil e do estado, destinados a assegurar os direitos individuais, difusos e coletivos da infância e juventude.

Contudo, de acordo com Mirabete (2004), é necessário que o poder público ponha a disposição essas políticas, ou seja, que saia do papel e possa atender realmente os anseios da juventude, visto que são pessoas em desenvolvimento e precisam de atenção especial, portanto é importante uma política de inclusão social direcionada aos jovens, pois traria uma melhor qualidade de vida a essa classe tão marginalizada e com certeza irar representar um grande investimento para o futuro do Brasil, pois essas crianças de hoje serão o Brasil de amanhã. O conhecimento das normas referentes às crianças e adolescentes e sua proteção é fundamental para a concretização das políticas públicas de desenvolvimento e proteção.

O Direito do Menor é um direito que se dirige ao menor que outrora não passava de simples objeto de direito e sobre quem recai a “patria potestas” que atingia sua culminância no arbítrio do pai de família. Tenhamos em conta, como lembra Pinheiro (2006, p.36), que “[...] a criança é uma pessoa que deve ser tratada como um sujeito e não como um objeto, no conjunto das relações jurídicas de que é centro”.

O ser humano desde que nasce, tem, potencialmente, capacidade jurídica e é titular dos direitos personalíssimos fundamentais atribuídos à toda pessoa humana. Goza de proteção durante sua vida intrauterina e, posteriormente, durante a infância, pubescência e adolescência. Não obstante, nos primeiros estágios de sua vida extrauterina, a criança, o pubescente e o adolescente não dispõem de plena capacidade jurídica para agir, por faltar o necessário discernimento para isso. Só mesmo com o decorrer do tempo, o menor vai adquirindo consciência, liberdade, inteligência e vontade para agir acertadamente e avaliar às consequências dos seus atos.

Essas peculiaridades caracterológicas, devidas às deficiências ou anormalidades orgânicas ou psíquicas, exigem um estudo individualizado para cada caso. Tal orientação só pode partir de um direito especial, devotado, exclusivamente, ao amparo irrestrito do menor, sob qualquer ângulo que seja visualizado. Graças a isso, o Direito em referência, alcançaria o menor desde a concepção, preconizando uma política assistencial e preventiva em seu favor, enquadrando à sua própria família como beneficiária, desde que com isso se obtenha um desenvolvimento normal para sua personalidade.

Para Gonçalves (2007), a necessidade, pela sua natureza, é dinâmica e não estática. Como de ocorrência lógica, a proteção jurídica que se deve dispensar ao menor marginalizado, está subordinada às várias contingências, características que o desenvolvimento da pessoa humana está a exigir.

O Direito do Menor é uma disciplina jurídica que começou a tomar forma a partir de 2007, através de leis, códigos, que lhe dão um caráter doutrinário específico e autônomo, independente dos demais ramos do Direito (GONÇALVES, 2007).

Em princípio, a proteção do menor constitui uma obrigação virtual do Estado. Entretanto, para que haja integral proteção do menor em suas diversas fases etárias, fez-se necessária a existência de elementos doutrinários que, ao lado de uma legislação preventiva, reeducativa e assistencial, orientem o Estado e a comunidade a atuar de forma justa e compreensiva. Vê-se, pois que o aparecimento do Direito do Menor, obedeceu a um imperativo de ordem político-social, ditado pela dinâmica da própria civilização.

Na época presente não há mais dúvida de que perante a criança e o adolescente, a Lei em geral e o Direito Penal em particular, devem mudar seus critérios de julgamento, estabelecer formas especiais de correção, porque aqueles seres, incompletamente formados, instintivos em vez de conscientes, amorais em vez de imorais, têm necessidade de serem tratados por métodos, especiais que transcendem aos postulados da justiça comum. Nesse sentido, operou-se nos países civilizados, um grande movimento de reformas legislativas, do qual resultou para os menores de conduta antissocial, a adoção de uma justiça paternalista, em vez de repressiva, e medidas de proteção e segurança destituídas de todo caráter penal, mas revestidas de caráter pedagógico tutelar, uma vez que não se trata de criminosos a serem punidos, mas de menores a serem instruídos e de serem educados.

Desde 1910 em um Congresso Penitenciário realizado em Washington ficou acertado que o menor devia ser tratado fora do Código Penal. A 21 de abril de 1899 instalou-se o primeiro Tribunal de Menores em Chicago, U.S.A. e, em 1901, na Pensilvânia. Na Europa, foi Portugal o pioneiro nesse particular, instalando, em 1911, Tribunais de Menores em Lisboa, na Cidade de Porto. (PEREIRA, 2001, p.54)

Ainda, segundo o referido autor, o certo é que, embora timidamente, o Direito do Menor vai conquistando uma importante posição entre as outras disciplinas jurídicas. A declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembleia das Nações Unidas no dia 20 de novembro de 1959, faz por consegui-lo, uma vez que, é uma norma que traz em sua essência um elevado ideal de compreensão e humanismo, que uma vez atingido, equilibrará e solucionará quase todos os problemas sociais (pereira, 2001)

Tem varado décadas o problema de como se há de assegurar aquilo que se considera os direitos indispensáveis aos menores. As dificuldades quanto a sua realização

continuam as mesmas, a despeito da Declaração dos Direitos da Criança.

[...] com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento. (CURY, 2002, p.21).

A esse respeito, também nesse entendimento destaca Silva (2005, p. 289), “[...] como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações proporcionais pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais”, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam aos direitos de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais.

Vale notar que a situação da criança marginalizada em alguns países do mundo despertou o interesse da sociedade internacional sob seu aspecto político econômico social e humanitário, mas, sobretudo, moral. A solidariedade social com relação à situação jurídica de milhões de menores abandonados, carentes ou marginalizados, surgiu como um imperativo que venha por termo a essa situação degradante, que avilta o ser humano e compromete o futuro da civilização.

As faculdades decorrentes das normas do Direito do Menor devem ser de caráter imperativo, inderrogáveis e imprescritíveis ante a vontade individual, devendo ser exclusivamente à lei, que regule seu conteúdo, extensão, eficácia e vigência.

A partir do século XIX, o problema do menor começou a atingir o mundo inteiro, não sendo diferente no Brasil. O crescente desenvolvimento das indústrias, a urbanização, o trabalho assalariado, notadamente das mulheres, que tendo que sustentar os lares, teve que ir trabalhar fora de casa, deixando os filhos ao ócio, concorreram para a instabilidade e a degradação dos valores dos menores, culminando com o crime. (OLIVEIRA, 2003, p. 1)

O Direito do Menor deve ser construído como um todo orgânico, no qual, garantindo-se o bem estar e futuro do menor, prevaleça também o caráter tuitivo de todas suas instituições no meio social. A esse respeito, nas palavras de Pinheiro (2006, p.40),

os sentimentos de insegurança e medo da população, alimentados pela constante exposição de cenas de violência na mídia, muitas envolvendo jovens e até crianças, tem levado a proposições simplistas, cujas consequências precisam ser esclarecidas para não se correr o risco de tomar decisões que, ao invés de favorecer o desenvolvimento social, acabem por reforçar a extrema marginalização a que estão submetidos milhares de jovens em nosso país.

Os setores mais conservadores da sociedade vivem a cobrar a criação de uma lei que reduza essa decantada imputabilidade penal, sendo que a questão da criança e do adolescente é mais delicada, pois eles são considerados inimputáveis, possuindo inclusive o seu próprio estatuto.

Para averiguar quais as pessoas, que por serem inimputáveis, estarão isentas de pena pela ausência de culpabilidade, foi adotado pela legislação brasileira o critério biopsicológico, onde é verificado se o agente é doente mental, se tem seu desenvolvimento mental incompleto ou retardado, se é capaz de entender o caráter ilícito do fato.

É notório, de acordo com Kaminski (2007, p.25), que não se deve usar as expressões delinquência infantil ou juvenil usado no Código de Menores, no Art. 1º do estatuto de 1927 e eximia: “[...] o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”. Com o advento da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e Adolescente, uma lei específica para os menores de 18 anos, que contém medidas socioeducativas destinadas a sua reeducação e recuperação.

Com destaca Kaminski (2007), em 1969 houve a tentativa de um novo Código Penal, porém este não entrou em vigor. Neste processo havia a perspectiva de redução da imputabilidade para 16 anos, posição que foi criticada por que este estabelecia a averiguação da capacidade de discernimento através do exame criminológico.

Quem bater em seu pai ou em sua mãe, seja condenado à morte; Quem amaldiçoar seu pai ou sua mãe seja condenado à morte; Se alguém tiver um filho recalcitrante e rebelde, que não ouve a voz do pai, nem a de sua mãe, o qual, embora procurem corrigi-lo, não dá ouvidos; Seu pai e sua mãe o tomarão e o levarão aos anciãos da sua cidade, à porta do lugar; E dirão aos anciãos da sua cidade: - Este nosso filho é recalcitrante e rebelde; não dá ouvidos à nossa voz, é um desenfreado e beberrão; Então toda gente da cidade o apedrejará, a fim de que morra, e assim exterminará o mal do teu meio, e toda Israel, ao saber disso, temerá. (KAMINSKI, 2007, p.56)

Trazemos também a observação de que o Código Militar adotou a teoria do discernimento ao fixar o limite penal em 18 anos exceto se, o menor 16 anos que já tendo juízo, revelá-lo. No entanto, de acordo com Kaminski (2007, p.57), o artigo 50 do Código Militar reza:

O menor de dezoito anos é inimputável, salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é trazido em seu art. 228 dispõe que “são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial”, o dispositivo do Código Penal Militar e qualquer outra divergente não vigora mais. O que se cogita é que ao fazer o exame preciso da condição humana não se restringir apenas ao saber jurídico, mas à sociologia e à psicanálise. Nesse contexto, o crime envolve ao mesmo tempo tanto a culpabilidade, quanto a tipicidade e a antijuridicidade (mais conhecido como conceito trinômio), sendo fruto de conflitos entre tendências opostas, inclinações antagônicas e sem forma definida; e segundo Freud resulta de sentimento de culpa e alterações, conforme os fenômenos ditados por ele mesmo e altamente comprovados.

A criminologia estuda o crime como fenômeno social, suas causas e os meios de evitá-lo; bem como classifica as figuras delituosas, trata do criminoso em particular; investiga suas diversas causas; sua individualidade; influências de sua ação perniciosas, e indicam medidas para reprimir-lhe as tendências criminógenas. “[...] Funda-se nos princípios dominantes da Biologia, Endocrinologia, Psicologia e Sociologia Criminais, assim como na Medicina Legal e na Psiquiatria” (GUIMARÃES, 2003, p. 223). O Criminologista é o Jurista especializado em Criminologia, também pode ser aquele que escreve sobre o Direito Penal, ou advogado criminal.

A criminologia atua diretamente sobre a incidência da criminalidade, onde o criminoso, melhor falando, onde o delinquente deve ser punido pelo que ele praticou, embora haja muitos mais motivos e razões que observem que a melhor solução seria a sua educação e ou uma melhor distribuição de rendas, isto evitaria gradualmente os atos ilícitos, mas, a priori, a sua recuperação seria melhor que a sua permanência em cárcere, cadeia, prisão albergue, ou qualquer tipo de reclusão.

A problematização é de origem e impulsos antissociais provindos da infância, onde o subconsciente do adulto transforma-se em ideias e ações em sua vida juvenil e mais tarde em sua vida adulta. Cabe também ao Juiz na fixação da pena (Art. 42 do Código Penal), na aplicação da pena, ser e agir como um sociólogo e psicólogo, antes de usar a sua cultura jurídica. Até mesmo a “Prova Testemunhal”, notado por Pessoa (*apud* MASSA, 2003), no caso de ser uma criança ou um jovem adolescente, proceder jamais como se fosse um adulto.

Segundo Barbato Júnior (2007), a relevância do assunto faz-se perceber a complexidade de entender o menor e não de fazer com que ele nos entenda. A delinquência do menor nasce no meio familiar desajustado. Onde as crianças se espelham em pais irresponsáveis, frustrados e incapazes de honrar os compromissos por qualquer razão socioeconômica. E nesse meio desajustado é que se desenvolvem seus conceitos do que é certo ou errado que irá formar sua conduta para influenciar suas relações interpessoais.

Entretanto, retornando as discussões acerca da aprendizagem e da avaliação escolar do adolescente em regime de liberdade assistida, o Estatuto da Criança do Adolescente - ECA, assegura à criança e ao adolescente direito ao acesso e à permanência à escola, à contestação de critérios avaliativos, ao respeito aos valores culturais, artísticos e históricos próprios do seu contexto social, dentre outros.

Por outro lado, ao poder público é atribuída a competência de implementar estratégias para a inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental, visando ao pleno desenvolvimento e ao preparo para o exercício da cidadania. Esse conceito, é observado na norma:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direitos à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990, p. 24).

Para o conjunto, ao mesmo tempo em que cumpre a medida prevista no ECA, o programa busca criar condições para que o adolescente que está em regime de liberdade assistida seja capaz de construir um projeto de vida que rompa com a prática do ato

infracional, desenvolvendo a confiança e a capacidade de reflexão sobre suas vivências, dificuldades e ação no mundo.

O programa mobiliza lideranças e organizações governamentais e não-governamentais para inserir esses jovens na comunidade, ao mesmo tempo em que vai se tornando uma experiência de referência no atendimento ao adolescente em conflito com a lei, oferecendo um atendimento de qualidade que respeite sua cidadania e sua dignidade. Além disso, o programa busca inserir e acompanhar o adolescente na vida escolar, viabilizando alternativas comunitárias para a profissionalização e geração de renda, avaliando, periodicamente, seu percurso no cumprimento da medida de liberdade assistida.

Nesse contexto, buscar-se-á no próximo capítulo uma abordagem sobre a avaliação educacional, desde o seu conceito às técnicas e instrumentos mais utilizados.

3 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Trata-se neste capítulo de uma análise abrangente referente ao conceito, funções, técnicas e instrumentos mais utilizados em relação à avaliação educacional.

3.1 Conceito

Se alguém considera que avaliar significa verificar o quanto de informação o educando deteve a partir de um determinado trabalho, então avaliar significa medir, pesar na balança.

A avaliação educacional é parte fundamental do processo educativo que se não estivesse inserida nele seria incompleto ou sem sentido. Por isso nenhuma escola ou nenhum curso pode deixar de tê-la mesmo que seja indesejável a sua existência para maioria dos alunos e de professores. (ESTEBAN, 2001, p.9).

Para Kraemer (2005), a avaliação é uma operação descritiva e informativa nos meios que emprega, formativa na intenção que lhe preside e independente face à classificação. De âmbito mais vasto e conteúdo mais rico, a avaliação constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar.

A avaliação é uma tarefa necessária no trabalho docente para que o professor possa acompanhar o processo de ensino – aprendizagem. A partir desta avaliação o professor conseguirá comparar os seus objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para correções necessárias. (ZANELATTO, 2008, p. 2).

Conforme Hoffmann (2003, p. 11) “[...] a avaliação é uma tentativa de definição do significado primordial de sua prática educativa. Vários educadores notáveis e com formação diversa voltam sua atenção para o processo de avaliação educacional”.

Para Cervi (apud ZANELLATO, 2008), a definição de avaliação da aprendizagem tem evoluído muito e sensivelmente nos últimos anos. A avaliação era vista como sendo uma quantificação no processo de ensino e o que propositalmente o aluno tenha aprendido dentro do contexto escolar. Todavia, atualmente ela está cada vez mais estabelecida com complexidade e amplitude. “[...] É necessário e urgente derrubar as crenças e os mitos que

inspiram a lógica do absurdo que rege o modelo da avaliação da aprendizagem, inclusive nas escolas brasileiras”. (ZANELATO, 2008, p. 3).

De acordo com Silva (2012), ao se refletir sobre a prática da avaliação escolar, com compromisso e responsabilidade de educadores conscientes de que a educação não é neutra, estamos refletindo sobre Educação, Ensino, Aprendizagem; na realidade, somos movidos a refletir sobre os compromissos do poder público para com a escola; com a sociedade. Temos consciência de que os fatores sociais, político, econômico e cultural influenciam e muitas vezes restringem o funcionamento do sistema educacional; no entanto, a escola não pode ficar á espera da grande virada político-social para dar relevância ao projeto político-pedagógico crítica, participativa, centrada no homem.

A educação deve ser um elemento de inserção de cultura na sociedade mostrando ao homem que a cultura é mais que o acúmulo de conhecimento, ela resulta das atividades e interferência do homem no mundo do qual faz parte, uma vez que o homem desenvolve a cultura através do trabalho, porque através dele, constrói o mundo em que vive. A avaliação como ajudante no processo da educação é a fonte de incorporação da cultura nas organizações sociais transformando-a ao mesmo tempo. A educação é também fundamental para a política, pois as instituições de ensino se destinam à construção de uma sociedade já que não há vida social sem que haja política. (ZANELATTO, 2008, p. 7).

É fundamental entender que esse tipo de concepção de educação estabelece um método de ensino, exige uma determinada aparelhagem e estabelece uma forma de avaliação que vai dizer quem sabe e quem não sabe.

Contudo, não é descabido buscar, experimentar e construir um novo caminho. Afinal somos parte da totalidade e, quando uma parte do todo se move, de alguma forma, o todo também se move; e, assim iremos fazendo a revolução, que nada mais é do que o próprio caminho da história dos homens e das mulheres neste planeta e neste tempo, em busca de uma vida individual e coletiva mais satisfatória, mais alegre, mais feliz, mais bela. (LUCKESI, 2005, p.7).

Muito diferente é a concepção do processo educativo como processo de crescimento de visão de mundo, da compreensão da realidade, de abertura intelectual, de desenvolvimento de capacidade de interpretação e de produção do novo, de avaliação das condições de uma determinada realidade. Por aqui começa-se a entender o processo educativo como abertura de janelas ao educando para ver o mundo.

Segundo Silva (2012), no processo de avaliação os professores precisam ser flexíveis, capazes de apreender, compreender, interpretar, construir conceitos teórico-práticos que abram perspectivas de uma educação realmente libertadora. Assim, avaliar significa dialogar, coparticipar, acompanhar, discutir, debater, conviver e crescer.

De acordo com Luckesi (2005, p.11), “[...] ainda praticamos exames e dizemos que praticamos avaliação”. A palavra avaliação, por sua vez, tem sido, ao longo da história da educação, associada a julgamento, controle, medida, disciplina, classificação, logo tem servido para discriminar, premiando - nunca os diferentes - ou punindo (eliminando, excluindo, fazendo calar).

Este conhecimento incorporado será capaz de ajudá-lo não apenas a acumular informações, mas a compreender a sua realidade, a entender e participar na mudança social. A posse dessa compreensão levará o educando a organizar o conhecimento dessa realidade, enfim, a organizar a própria realidade. Por isso, ela ativa a transformação individual e social do mundo da política, da cultura, da ciência, da técnica, da religião, da moral, da estética. (RODRIGUES, 2012, p. 1).

Segundo Kraemer (2005), a avaliação da aprendizagem tem seus princípios e características no campo da Psicologia, sendo que as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo desenvolvimento de testes padronizados para medir as habilidades e aptidões dos alunos.

Para Rodrigues (2012), o destinatário da ação educativa, desta forma, é o educando e, portanto, ao avaliar o resultado do trabalho pedagógico, fica evidente que é muito mais desajuste examinar as marcas que ficaram registradas no educando do que a quantidade de informações que o educando é capaz de devolver.

Devemos notar que o objetivo do ensino não é o conteúdo do ensino. Não é o fato histórico, o espaço geográfico, a proposição matemática ou a lei da física que constitui o objetivo do ato educativo. Eles são os mediadores do conhecimento e da competência do educando para compreender o mundo. Mais importante do que o educando saber responder a tantas questões de história e demonstrar o domínio das regras gramaticais da língua portuguesa é ele ser capaz de, através do aprendizado da história, entender o processo de construção do social humano, e através do aprendizado de língua, desenvolver sua competência linguística. Acrescente-se a isso o que podem as ciências, a matemática, a geografia, a educação artística e outros conteúdos abrir a visão do mundo dos educandos e teremos como resultado o crescimento intelectual moral, físico, crítico, político e profissional do educando que está em jogo de modo global no processo educativo. Logo, é isso que deve ser avaliado. (RODRIGUES, 2012, p. 2).

Conforme Saul (2005), tal avaliação não pode acontecer de maneira individualizada, segmentada e isolada. Não é importante saber o que ele aprendeu produzir mais competência para se inserir e insurgir na realidade vivida. A avaliação deve ser considerada pelos educadores, pois, como uma tarefa coletiva, de todos, e não uma obrigação formal, burocrática e isolada no processo pedagógico.

A aquisição do conhecimento pelo aluno compreende um processo que não se resume apenas à avaliação. Segundo Wachowicz e Romanowski (2002), embora historicamente a questão tenha evoluído muito, pois trabalha a realidade, a prática mais comum na maioria das instituições de ensino ainda é um registro em forma de nota, procedimento este que não tem as condições necessárias para revelar o processo de aprendizagem, tratando-se apenas de uma contabilização dos resultados.

3.2 Funções da Avaliação Educacional

Pode-se dizer que a avaliação é parte do planejamento de ensino e sua execução. É através da avaliação que se buscam respostas sobre o trabalho do professor, o aparo da gestão as atividades de sala de aula e desempenho do aluno para o grau de aprendizagem do aluno. A avaliação não é um processo técnico, ela é uma atividade política e, como tal, é desenvolvida de acordo com o pressuposto teórico adaptado. Assim, a postura assumida na avaliação é fruto, também, da concepção que se tenha de educação, escola e sociedade. Na visão de Kraemer (2005), as funções da avaliação são:

a) Função diagnóstica

A avaliação diagnóstica (ou inicial), é a que proporciona informações acerca das capacidades do aluno antes de iniciar um processo de ensino/aprendizagem, ou ainda, busca a determinação da presença ou ausência de habilidades e pré-requisitos, bem como a identificação das causas de repetidas dificuldades na aprendizagem.

Segundo Kraemer (2005), uma avaliação diagnóstica tem por finalidade identificar a situação do aluno em relação às novas aprendizagens que estão sendo propostas e fazendo-se uma comparação com as aprendizagens anteriores que lhes servem como base, visando principalmente minimizar as dificuldades futuras e até mesmo de resolver situações presentes.

Um dos propósitos da avaliação com função diagnóstica consiste em informar o professor sobre o nível de conhecimentos e habilidades de seus alunos, antes de iniciar o processo de ensino-aprendizagem, para determinar o quanto progrediram depois de um certo tempo. (SANTOS; VARELA, 2007, p.6)

Segundo Rocha (2009), a função diagnóstica antecede a elaboração de um projeto, de mais uma unidade ou de uma aula. Ela fornecerá dados sobre o contexto em que o trabalho pedagógico irá se realizar, bem como sobre os sujeitos que participarão desse estudo.

Avaliação diagnóstica tem como função básica a localização do aluno no início da instrução, como referência para um ponto de partida. Vale ressaltar que o diagnóstico também pode ser feito durante a instrução e neste caso objetiva determinar as causas subjacentes repetidas de aprendizagem. No Centro Educacional, cada adolescente é avaliado a partir dos acordos e metas estabelecidas de forma individual, dentro de um processo dialógico e participativo, dentro de uma compreensão de que o processo socioeducativo exige um esforço conjunto do adolescente, da equipe da unidade e da família. Sendo um momento importante para conscientizar a família de seu papel no processo e unir forças na promoção de relações fora do ambiente institucional que o auxiliem na não reincidência e na continuidade da nova trajetória de vida que deveria estar sendo construída no período em que está interno.

b) Função formativa

A avaliação formativa busca basicamente identificar qualquer tipo de evidência que ocorra durante o processo de aprendizagem, de modo a permitir que as revisões sejam baseadas nestas evidências e as aprendizagens posteriores ocorram normalmente.

Formativa tem como função informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e a aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios) (SANT'ANNA, 2001, p. 34).

Tem-se a avaliação formativa como um recurso fundamental pelo qual o aluno passa a ter a concepção tanto de erros quanto de seus acertos, despertando uma maior motivação para a adoção de um estudo sistemático das matérias.

De acordo com Rocha (2009), a função formativa ajuda a captar os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo educacional, ainda em tempo de tomar providências para afastar as dificuldades. Pode informar constantemente o que está

acontecendo. Os resultados dessa função podem mostrar a necessidade de rever nossos planos, fazer mudanças em decisões tomadas anteriormente.

Outro aspecto destacado pela autora é o da orientação fornecida por este tipo de avaliação, tanto ao estudo do aluno como ao trabalho do professor, principalmente através de mecanismos de *feedback*.

Dessa forma, conforme Kraemer (2005), a avaliação formativa visa informar o professor e o aluno sobre o rendimento da aprendizagem no decorrer das atividades escolares e a localização das deficiências na organização do ensino para possibilitar correção e recuperação. Esta avaliação ocorre durante o processo de instrução, inclui todos os conteúdos importantes de uma etapa da instrução, informa ao aluno o que ele já aprendeu e o que precisa aprender, como também ao professor, indicando as falhas dos alunos e os aspectos da instrução que devem ser modificados, para auxiliar o aluno a construir sua aprendizagem de forma organizada.

c) Função somativa

Tem como objetivo determinar o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de credibilidade da aprendizagem realizada (KRAEMER, 2005). Pode ser chamada também de função creditativa. Também tem o propósito de classificar os alunos ao final de um período de aprendizagem, de acordo com os níveis de aproveitamento.

Para Haydt (2000), a avaliação somativa tem como função classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. O objetivo da avaliação somativa é classificar o aluno para determinar se ele será aprovado ou reprovado e está vinculada à noção de medir.

Segundo Rocha (2009), a função somativa acontece ao final de um trabalho desenvolvido (unidade, bimestre, semestre...). Aqui preocupa-se com o resultado final, o produto alcançado.

A avaliação somativa preocupa-se com os resultados do final. Através dela, busca-se identificar o progresso alcançado pelo aluno após o término de uma etapa de aprendizagem. Essa avaliação realiza-se neste centro em estudo no final da sua medida socioeducativa, e consiste em classificar os alunos, já que sua função é classificatória.

3.3 Técnicas e instrumentos mais utilizados

A avaliação da aprendizagem envolve uma variedade de instrumentos e situações, onde são avaliados conhecimentos, atitudes, valores e habilidades, aprendidos, pois possibilita a ocorrência da aprendizagem em contextos diferentes. De acordo com Oliveira (2003), devem representar as avaliações aqueles instrumentos imprescindíveis à verificação do aprendizado efetivamente realizado pelo aluno, ao mesmo tempo que forneçam subsídios ao trabalho docente, direcionando o esforço empreendido no processo de ensino e aprendizagem de forma a contemplar a melhor abordagem pedagógica e o mais pertinente método didático adequado à disciplina – mas não somente -, à medida que consideram, igualmente, o contexto sócio-político no qual o grupo está inserido e as condições individuais do aluno, sempre que possível.

Rezende, Santos e Oliveira (2012) afirmam que, como instrumentos de avaliação, podem citar: pré-teste, provas escritas, trabalhos, pesquisas, relatórios, seminários, questionários, estudos de caso, portfólio, auto avaliação e observação.

Na visão de Zanelatto (2008), a motivação da aprendizagem continua baseada em mecanismos de premiação e castigos. Isto pode funcionar para algumas crianças que gostam de desafios. Para outras, que entendem que jamais conseguirão alcançar o prêmio, desistem assumindo o seu fracasso, que de fato, não pertence a ele, desta forma, este tipo de motivação não esta servindo para os alunos com maiores dificuldades.

O adolescente que se encontra em privação de sua liberdade relata os muitos motivos que não gostam de estudar, a maioria absoluta, vem de situação de expulsão de escolas, não conseguem mais se matricular na escola regular por agressões físicas, dentro da escola com alunos ou funcionários. Sabe-se, no entanto, que a motivação é responsável pelo que essas pessoas decidem fazer alguma coisa, quanto tempo elas estão desejosas de sustentar ou expandir a atividade, e em que grau irá sustentar a atividade. Para sustentar esse desejo e motivação, temos a preocupação com o ambiente da sala de aula, planejamento pedagógico semanal, desenvolvimento das atividades, organização e principalmente a relação professor e aluno.

Criamos condições para que o adolescente desinteressado se torne motivado proporcionando um ambiente que sustente e otimize a motivação dele perante as atividades

escolares para que valorize e deseje nelas se engajar. São feitas intervenções permanentes mediante estratégias de ensino adequado.

De acordo com Gatti (2003), cada instrumento com seu papel, cada disciplina com seus objetivos integrados e harmonizados no conjunto, em função de metas mais amplas a atingir. Em um contexto assim colocado, a avaliação dos alunos é atividade que adquire um sentido específico, orientada pelo papel da escola. Ao professor devem ficar claros os aspectos mais importantes a avaliar, não na direção apenas do tópico específico de que trata, mas de seu significado na formação da criança ou jovem, formação esta mais amplamente compreendida.

Ainda de acordo com Gatti (2003), a diversidade de opiniões sobre as avaliações que se processam em sala de aula, tanto entre os professores, como entre os alunos, e ainda entre alunos e professores, fica patente. O único ponto comum é a visão de que a avaliação dos alunos é uma parte esperada e essencial do processo de educação. Como esta avaliação deve ser realizada é uma questão aberta para debate. É uma discussão que pode ocorrer em sala de aula, onde alunos e professores venham a interagir de maneira mais efetiva junto à esse processo.

Segundo Zanelatto (2008), sabe-se que nos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa:

- a) Verificação: coletas de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas, entre outros.
- b) Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos.
- c) Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

Hoffmann (2003, p. 37) afirma que, “a discussão direta desse tema encontra um forte complicador que se constitui na relação estreita estabelecida por professores, do tipo: “dar nota é avaliar”, “fazer prova é avaliar”.”

Conforme Libâneo (2003), a escola e os professores estão cumprindo responsabilidades sociais e políticas. Com efeito, ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar socializa o saber sistematizado e

desenvolve capacidades cognitivas e operativas para a atuação do trabalho e nas lutas sociais pela conquista dos direitos de cidadania.

Haydt (2000) defende que a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico de permanente interação entre educador e educando no apontamento e no desenvolvimento de conteúdos de ensino-aprendizagem, na seleção e aplicação de suas metodologias, bem como no diagnóstico da realidade social, visando a mudança comportamental educando e do seu compromisso com a sociedade.

A prova não pode ser vista como a única forma de avaliar. As provas não são elaboradas com a “competência” devida; segundo, porque o uso de um único instrumento para avaliar todo um processo é, de fato, insuficiente no sentido de fornecer as informações de que o professor precisa para ajudar seu aluno a superar as dificuldades durante o processo de ensino e de aprendizagem. Portanto, não basta abolir ou aderir a esse instrumento, é preciso entender que a avaliação precisa estar a serviço da aprendizagem (MENDES, 2006).

O que está acontecendo então, é uma grande atribuição de notas numéricas relacionando a vários aspectos à vida social e escolar do aluno. Pode-se normalmente ocasionar a grande incoerência neste processo avaliativo devido o não levar em conta as atividades realizadas em sala de aula. Devemos ajudar nossos alunos a compreenderem o seu papel dentro da escola e perante a sociedade em que vive. (ZANELATTO, 2008, p. 12).

Portanto, conforme Piletti (2003), no processo educativo o aluno deve ser avaliado diariamente, ou seja, não somente nos dias de provas ou trabalhos, mas sim a cada instante. Quando o professor ou educador precisa decidir aprovar ou reprovar um aluno, jamais deverá agir sobre a emoção, pressão e algo parecido.

A motivação do adolescente está totalmente relacionada com o modo como ele é visto e como o trabalho é desenvolvido pelo professor, que, por sua vez precisa ser competente e ter comprometimento com o que faz. Para que essa dificuldade seja superada é preciso que o professor:

- Trabalhe o conteúdo com entusiasmo, evitando aulas mecânicas;
- Faça com que o adolescente compreenda o que está sendo trabalhado, ao invés de apenas memorizar;
- Elaborar atividades que possa detectar a evolução do aluno;

- Estabelecer um ritmo de aula de forma que todos possam acompanhar o raciocínio que exige o conteúdo;
- Fazer com que o adolescente exerça seu próprio raciocínio através de intervenções individuais e coletivas;
- Inicie a aula estabelecendo metas e objetivos;
- Sonda com o grupo sobre suas necessidades, anseios e expectativa, o bom professor é aquele que adequa a aula para o momento em que o aluno está e aproveita as qualidades que cada um tem.

Uma boa convivência diária e efetividade favorece o interesse dos adolescentes pelas vivências e pelos conteúdos passados. Percebo que os adolescentes sentem quem de verdade gosta deles e acredita em cada um, no seu potencial e na sua capacidade de transformação. Acredito que quando há uma relação de confiança, há respeito, e cria-se um ambiente muito mais propício para o sucesso da aprendizagem. Trabalhar com humor flexível e tentando levar a aula de forma leve e tranquila. Estando atento às mudanças nas necessidades dos adolescentes que devem ser combinadas com mudanças nos contextos, perseguindo o que de fato faz sentido para suas vidas, o que lhe pode abrir portas e mostrar possibilidades. Atividades significativas, desafiadoras, independentes, autônomas, pois, desta forma vejo maiores chances de desencadear nos adolescentes comportamentos positivos em relação ao aprender tendo também a oportunidade de escolha por parte do adolescente, pois eles estão em pleno desenvolvimento, acreditando que precisam exercer sua autonomia.

Segundo Haydt (apud CAMARGO, 2012) faz parte do trabalho docente verificar e julgar o rendimento dos alunos, avaliando os resultados do ensino, a avaliação está sempre presente na sala de aula, fazendo parte da rotina escolar, daí ser responsabilidade do professor aperfeiçoar suas técnicas.

Ainda no sentido de que se alcance a realização de uma ação avaliativa efetivamente processual e coerente com a concepção de aprendizagem que se vem trabalhando, julga-se oportuno lembrar a importância de que esteja sempre claro para o aluno aquilo que se pretende avaliar.

A esse respeito, com vistas ao assunto em questão, o próximo capítulo trata dos procedimentos metodológicos adotados da pesquisa realizada no Centro Educacional São Francisco acerca da visão docente sobre a avaliação da aprendizagem em sala de aula dessa clientela.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi o Centro Educacional São Francisco, unidade pertencente à Secretaria do Trabalho e Ação Social. Localizada na Rua Menor Jerônimo, s/n, bairro Jardim União, Fortaleza - Ceará.

Dentre os serviços que a instituição em questão presta, são:

- Escolarização – modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), 1º segmento, 2º segmento e Ensino Médio. Existem quatro salas de aulas: uma com alunos do 1º ano, do segmento EJA I, que sai alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental e EJA II 4º e 5º anos, EJA III que são alunos do 6º e 7º anos, EJA IV que tem alunos do 8º e 9º ano e ensino médio. No momento, atuam quatro professores, sendo alfabetização e EJA I em uma mesma sala, EJA II em outra sala e EJA III, IV e Ensino Médio juntos em outra sala.

- Oficinas profissionalizantes (iniciação): bijuteria; serigrafia; informática e xadrez.

- Curso profissionalizante: Projeto Criando Oportunidades; pintura e texturização de parede; doces e salgados; formação de garçom; embalagens para presente; informática; fabricação de sabonete artesanal.

- O Projeto Criando Oportunidades – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense, concebido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, tem como objetivo contribuir para consolidar a política de geração de emprego, trabalho e renda preconizada pelo Governo do Estado, articulada com outras políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades de inserção dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e econômica no mercado de trabalho.

Dentre os recursos que o CESF possui, estão: 04 oficinas: mensais de bijuterias e serigrafia; 05 salas de aula: material didático fornecido pela Secretária de Educação do Ceará (SEDUC) e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Cursos profissionalizantes: Empresa Indesa (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social); 01 quadra de esporte coberta, construída pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); 01 quadra de vôlei, construída pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento

Social (STDS); 15 dormitórios, construídos pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Setor jurídico, construído pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Setor social, construído pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Setor psicológico, construído pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Setor de enfermagem, construído pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Sala da Direção, construída pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Sala da Secretaria, construída pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); Sala da Gerente, construída pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

Quanto aos profissionais que atuam no CESF, são: 05 professores, pela SEDUC; 05 professores das oficinas, pelo Movimento Consciência Jovem (MCJ); 01 pedagoga; 01 gerente; 01 diretor; 01 coordenador disciplinar; 01 técnica de enfermagem; 02 assistentes sociais; 04 estagiárias de serviço social; 01 psicóloga; 01 estagiária de psicologia; 01 advogado; 01 técnica de direito do setor jurídico.

A equipe técnica procura despertar na família o sentimento de co-responsabilidade no processo de acompanhamento e orientação do adolescente, considerando que o fortalecimento desses vínculos relacionais é aspecto significativo para o enfrentamento da situação vivenciada por ele.

Enfim, no acolhimento e aprendizado dos educandos, o professor no Centro Educacional São Francisco procura realizar uma série de atividades objetivando descrever e construir a relação do adolescente e sua família com a equipe do programa. São exercidas, inicialmente duas entrevistas individuais, uma com o adolescente e outra com o familiar. Em seguida efetiva-se uma reunião da qual participam um técnico do programa, o adolescente e seu familiar.

4.2 Participantes da pesquisa

Os sujeitos que participaram dessa pesquisa foram 11 professores que trabalham na Instituição. Em cumprimento aos aspectos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos, foi esclarecido aos referidos sujeitos os objetivos da investigação, estando garantido o anonimato e o sigilo das informações.

4.3 Método e técnica de coleta de dados

A forma com a qual este objeto de pesquisa pode ser melhor compreendido diz respeito à relevante escolha do método, definido por Bastos (2004, p. 08) “como um conjunto de atividades sistematizadas e racionais que possibilitam alcançar o objeto configurado”.

Bastos, (2004, p. 29), “[...] observa que pelo menos, a priori, um determinado problema admite uma multiplicidade de métodos de tratamento, portanto, não se pode, em geral, falar em métodos universalmente melhores ou perfeitos”. Em cada caso há que se decidir que método ou combinação de métodos será adequado. Em princípio, todos têm desvantagens, uns dão menos informações, outros são de difícil aplicação, outros se prestam a interpretações espúrias, outros são sensíveis a erros e assim por diante.

Com o intuito de manter um embasamento teórico coerente com a opção epistemológica, procuramos desenvolver um estudo exploratório e analítico, através de uma abordagem quantitativo-qualitativa que possibilitasse a apreensão do tratamento adotado no CESF com os internos com vistas a sua reinserção social.

A base de um trabalho científico é a coleta de dados que ofereça informações sobre a realidade. Quanto ao planejamento do instrumento para coleta de dados - seja questionário ou entrevista - Martins (1994, p. 15), “[...] oferece algumas recomendações. Para ele, o planejamento de um instrumento permite que o sujeito possa informar de modo direto, o valor da propriedade sob investigação”.

Destarte, utilizou-se como instrumento de pesquisa, um questionário com perguntas abertas, conforme Goode e Hatt (1977, p. 32), “[...] é utilizado em pesquisas rápidas”, portanto, aplicável aos professores entrevistados do CESF.

Nesse sentido, o próximo capítulo busca evidenciar os resultados do contexto investigado no intuito de compreender como vem sendo desenvolvido o processo de avaliação de adolescentes no Centro educacional São Francisco.

5 A AVALIAÇÃO REALIZADA NO CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO

Diante do que já foi exposto sobre o Centro Educacional, vêm-se aqui expor os resultados do questionário aplicado aos professores da referida instituição, voltado para avaliação escolar, conforme as tabelas e falas a seguir:

Tabela 1. Sexo

Descrição	Quantidade	%
Masculino	5	45,4
Feminino	6	54,6
Total	11	100

Fonte: (dados da pesquisadora).

De acordo com a tabela 1, nota-se que 54,6% (N= 6) dos entrevistados são do sexo feminino e 45,4% (N= 5) do sexo masculino, com idade variando entre 30 a 55 anos.

Tabela 2. Tempo de serviço

Descrição	Quantidade	%
De 1 a 5 anos	8	72,7
De 5 a 10 anos	2	18,2
Mais de 10 anos	1	9,1
Total	11	100

Fonte: (dados da pesquisadora)

Diante da tabela 2 percebe-se que, a maioria 72,7% (N= 8) dos professores entrevistados tem idade entre 1 a 5 anos trabalhando neste de serviço, ou seja, sendo professor.

Em relação à questão da formação dos professores sabe-se que têm formação acadêmica em Pedagogia, destes professores 54,5% (N= 6) possuem especialização, em: Psicopedagogia, Arte-Educação, Metodologia do Ensino Fundamental e Médio, Educação Inclusiva, entre outros.

Todos foram unânimes em dizer que o tempo de realização dos projetos com os socioeducandos no Centro Educacional foi respondido como “é de um mês”. Como também,

por unanimidade todos afirmaram que o tempo a ser realizado e aplicados, os projetos é suficiente para que os socioeducandos atinjam seus objetivos.

O projeto mensal desenvolvido no Centro Educacional é dividido em temas geradores, distribuídos semanalmente. A partir de cada tema são trabalhados diariamente os subtemas.

Exemplo: Projeto Juventude e Tradições Populares Nordestinas.

Tema gerador da 1ª semana: Folclore Nordestino.

Subtemas: História do folclore, lendas e histórias de trancoso (segunda-feira);

Parlendas e trava língua (terça);

Adivinhas (quarta);

Dito popular e provérbios (quinta);

Escrita de cartas, poesias e poemas – produção textual espontânea (sexta).

Durante a semana a cada dia é feito um plano de aula contemplando os subtemas.

Por exemplo: Na aula da segunda-feira que o projeto inicia sendo apresentado à turma de modo a fazer com que o grupo compreenda seu objetivo e passe a se envolver com suas atividades. Em seguida, é realizada uma sondagem dos conhecimentos prévios do grupo sobre o assunto, após esse momento, é apresentado um texto sobre folclore.

Pede-se que leiam o texto de modo silencioso e depois falem sobre o que entenderam ou acharam interessantes. Dependendo dos retornos dos grupos, a professora verifica se há necessidade que ela faça uma leitura do texto e depois solicita que todos leiam em voz alta. A professora fica sempre atenta às necessidades que o grupo apresenta para que trabalhe os próximos passos da aula.

O passo seguinte, é distribuir com o grupo as histórias das diversas lendas e solicitar que façam suas leituras individuais, a medida que forem concluindo devem trocar suas histórias com o amigo e fazer um rodízio das histórias até que todo o grupo tenha conhecido o maior número possível de histórias. Abre uma roda com uma conversa, o grupo socializa as histórias ou partes que chamou mais atenção. Dispõe material para que o grupo possa montar cartazes, com ilustrações em desenhos, colagens e gravuras montando um painel com as histórias recontadas.

A disciplina de matemática é trabalhada com mais foco em determinadas situações, onde trabalho com a escrita criativa ou escrita espontânea onde são criadas pelo grupo, situações matemáticas de raciocínio lógico envolvendo os temas trabalhados, desenvolvendo as quatro operações. Diante das estratégias utilizadas para avaliar os socioeducandos, chegou-se as seguintes falas:

- “As estratégias são processual e contínua”. (P1)
- “Por meio de observações nos exercícios escritos e orais”. (P2)
- “Avaliar a organização, interação, participação, interesse e cooperação”. (P3)
- “Através dos exercícios orais e escritos”. (P4)
- “Tanto através da fala quanto da escrita, onde por meio da observação podemos avalia-los”. (P5)
- “As estratégias são: verificar através da observação de exercícios orais e escritos, se o educando transcreve (lê) adequadamente as letras do seu nome, avaliar a organização, interação, participação, interesse e cooperação”. (P6)
- “Através de observações nos exercícios escritos e orais”. (P7)
- “Avaliação diagnóstica para verificar o nível de leitura e escrita”. (P8)
- “Avaliação contínua e processual”. (P9)
- “Observação e produções realizadas por eles”. (P10)

Segundo Kraemer (2005), o professor, que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção, ao longo de todo o ano, da participação e produtividade de cada aluno. É preciso deixar claro que a prova é somente uma formalidade do sistema escolar. Como, em geral, a avaliação formal é datada e obrigatória, deve-se ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação.

Já em relação à realização da metodologia dos conteúdos em sala de aula, os professores afirmam que:

- “Os livros, exercícios individuais, exercícios em grupo”. (P1)
- “Lúdico”. (P2)
- “Escrita e leitura do nome do educando e identificação das letras que o formam”. (P3)
- “A música é uma ferramenta importante em sala de aula, considero que este aluno supera todo seu medo de falar e escrever”. (P4)
- “Jogos”. (P5)
- “Pesquisa das letras do alfabeto e palavras conhecidas em revistas e rótulos, recorte e colagem dessas palavras”. (P6)
- “Didática”. (P7)
- “Jogo caça-palavras e jogo da memória com alfabeto”. (P8)
- “Escrita e leitura”. (P9)
- “diálogos interativos, roda de conversa, debates, produções individuais e coletivas, jogos, músicas, textos de diversos gêneros, entre outros”. (P10)

Reflexões foram realizadas sobre as formas, as normas e as reações nossas e dos nossos alunos a respeito dos métodos utilizados e dos instrumentos aplicados para medirmos os níveis de aprendizagem de cada educando.

De acordo com Santos e Varela (2007), a avaliação escolar é um desafio que exige mudanças por parte do professor. Mudança requer muito estudo, reflexão e ação. Por isso, requer do educador a busca pela inovação, exige uma mudança na postura deste profissional tanto em relação à avaliação propriamente dita, à educação e a sociedade que o limita.

Quanto às dificuldades que os professores encontram para avaliar os seus alunos, os mesmos apontam:

“Rotatividade constante pelo fato da unidade ser provisória de 45 dias”. (P1)

“Concentração dos alunos”. (P2)

“Mudanças de nível escolar, ou seja, de ano”. (P3)

“Nível de conhecimento que eles tiveram desde o início de suas vidas escolar”. (P4)

“Mudanças de salas”. (P5)

“Rotatividade de sala”. (P6)

“Tempo de permanência em sala de aula nesta escola”. (P7)

“Nível de conhecimento de um aluno para outro”. (P8)

“Muitas vezes, tenho que passar a prova mais de 3 vezes do mesmo jeito, pela falta de conhecimento de alguns em sala de aula”. (P9)

“O tempo de permanência do adolescente na unidade dificulta o processo avaliativo por ser uma unidade provisória de 45 dias”. (P.10)

Percebe-se que a rotatividade é a maior dificuldade que os professores enfrentam na avaliação de seus alunos, o tempo de permanência é tão pequeno que dificulta a formação de um juízo de valor sobre as potencialidades e dificuldades dos educandos. Também não há como tentar solucionar as dificuldades identificadas, pois o tempo não permite.

Ao analisar os dados obtidos no desenvolvimento desta pesquisa, é possível admitir uma concepção de que as mudanças das práticas avaliativas compreende um processo plenamente viável e importante para a formatação de um novo panorama da educação.

Jogar a culpa neste ou aquele educador é sempre muito fácil ou conveniente a qualquer órgão educador. A questão é, seguir o que rege o regulamento da educação ou abrir parâmetro para que as avaliações possam ser alteradas de acordo com o procedimento interno da instituição. (ZANELATTO, 2008, p. 10)

De acordo com Freire (2002), sabe-se que, aprender a ler e escrever já não é essencial, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

Do mesmo modo, nas palavras de Aguila e Egg (1994), toda prática avaliativa é determinada por uma concepção pedagógica, mas, por ser abrangente, não é um ato restritivo à instituição escolar. Ela está ligada à prática social global, ao cotidiano das pessoas onde comumente as situações práticas exigem uma análise e julgamento das ações e experiências feitas pelo ser humano.

A proposta constitui a intencionalidade educativa de uma instituição. Consubstancia a forma de pensar, sentir e agir dessa unidade no tocante a sua finalidade e a organização do seu trabalho pedagógico. Representa o efetivo compromisso com a educação daqueles que são sujeitos e objetos do seu trabalho. Uma proposta pedagógica especializada no trato com seres humanos, cuja história de vida está marcada por sentimentos de medo, insegurança, angústia, preconceito, revolta, solidão, desrespeito e outras de igual natureza que geram experiências traumáticas e atitudes de violência, agravadas, na maioria das vezes, por um desfecho em que se lhes retira um dos bens mais preciosos para a pessoa humana – a liberdade.

O processo educativo, a realizar-se precisa construir procedimentos que favoreçam profundas transformações de atitudes, mentalidades, valores sociais, sem descurar dos conhecimentos próprios da escolarização formal, de pronto conclui-se pela necessidade de uma ação educativa acima de tudo amorosa, na qual se aprenda cidadania, vivendo cidadania.

Neste período de construção da sua identidade, o adolescente precisa dar sentido à vida, ser educado na vida para a vida. Isto exige um processo educativo voltado para torna-lo pessoa e cidadão. Isto requer atividades que desenvolvam atitudes e habilidades que favoreçam sua realização pessoal dentre as quais vale destacar: Confiança – sentir-se capaz de agir em qualquer situação com que se depare; responsabilidade – assumir o que deve ser feito, querendo fazê-lo bem feito; motivação – querer fazer; perseverança – chegar ao fim em toda ação iniciada; esforço – disposição para superar dificuldades, enfrentar e superar desafios; iniciativa – ser propositivo, disposto a ousar.

Criar oportunidades para que estas atitudes e habilidades sejam exercitadas, preferencialmente através de atividades interessantes. Orientar o estudo, a prática do esporte, o lazer, e a espiritualidade. O adolescente estará aprendendo que as atividades assumidas dão

sentido à vida. A importância do trabalho como valor universal cuja finalidade é o desenvolvimento pessoal e social dos seres humanos. Seguindo outros princípios nortearão a proposta pedagógica como: promoção humana integral, democracia, liberdade responsável, ética, respeito mútuo, cooperação, justiça, emancipação, construção coletiva e envolvimento familiar.

Libâneo (2003, p. 195) afirma que:

[...] a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

A avaliação da aprendizagem está interligada com a avaliação do desempenho e com a avaliação do currículo, dentro do contexto escolar. Enfatiza o aprender que é o ato que o sujeito exerce sobre si mesmo, e não registrar, obter informações e reproduzi-las. Consiste em resolver situações, criar e reinventar soluções. O aluno aprende quando consegue ultrapassar conflitos. O professor como mediador, deve criar uma situação provocante para causar desequilíbrio em relação ao assunto proposto, favorecendo com isto a tomada de consciência do aluno e a percepção de que ele tem o poder de mudanças e transformação (OSÓRIO, 2002).

A análise da dinâmica do processo educativo conduz a percepção da posição central e imprescindível da avaliação, num ciclo que se inicia com o estabelecimento de objetivos e avança com a escolha do método e dos critérios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa teve como objetivo central identificar as dificuldades dos professores sobre o processo de avaliação dos educandos internos no Centro Educacional São Francisco (CESF). E ainda, em consonância com o tema, os objetivos específicos: visaram identificar as práticas avaliativas nas turmas da Educação de Jovens e Adultos e conhecer a opinião docente sobre a avaliação da aprendizagem realizada na sala de aula.

Esquadrinhamos, no percurso das análises exercidas sobre os capítulos abalimentos teóricos que possibilitassem maior entendimento sobre a demanda, buscando, inicialmente, apresentar o perfil do adolescente em conflito com a lei e os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente para garantia de políticas públicas para proteção da criança e do adolescente. Enfocou-se também os conceitos, funções e técnicas de instrumentos utilizados no processo de avaliação, considerando os aspectos que a envolve.

A esse respeito, pode-se observar que a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo (como hoje é concebida) para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento. Na medida em que a ação avaliativa exerce uma função dialogada e interativa, ela promove os seres moral e intelectualmente, tornando-se críticos e participativos, inseridos no contrato social e político.

Acredita-se que a contribuição do professor para reduzir o fracasso escolar consiste em fazer da avaliação algo mais produtivo, sendo necessário, para isso, unir escola, professores num compromisso real com a construção do conhecimento do aluno, fazendo-o participar de sua educação, como um ser autodeterminado, atuante, crítico, capaz de construir seus próprios caminhos.

Para que se reconstrua o significado da ação avaliativa de acompanhamento permanente do desenvolvimento do educando, é necessário revitalizá-lo no dinamismo que encerra de ação, reflexão, ação. Ou seja, concebê-la como inerente e indissociável da educação observadora e investigadora no sentido de favorecer e ampliar as possibilidades próprias do educando. O que significa se entender por reflexões e manter-se atento e curioso sobre as manifestações dos alunos e por agir a oportunização de situações de aprendizagem enriquecedora.

A confiança mútua entre educador e educando quanto às possibilidades de reorganização conjunta do saber pode transformar o ato avaliativo de um momento prazeroso de descoberta e troca de conhecimento. Dessa maneira, é necessário na avaliação dos educando dar ênfase ao seu crescimento de forma integral e ajudá-lo a aprender a se auto avaliar e buscar novos caminhos para sua realização, com sabedoria e responsabilidade.

Finalmente, com base nos dados levantados junto aos entrevistados, pode-se analisar conforme propostas curriculares que os professores convertam os métodos tradicionais (de verificação de erros e acertos) em métodos investigativos, de interpretação das alternativas de soluções propostas pelos alunos às diferentes situações de aprendizagem.

Sugere-se aos educadores dos Centros que utilizem variados instrumentos de avaliação para acompanhar o desenvolvimento dos educandos; que não se prendam a avaliação formal quando predomina o ensino informal, visto que os alunos passam pouco tempo na unidade; que as atividades de ensino sejam lúdicas, envolvam metodologias variadas, assim como as formas de avaliar. Por fim, que o planejamento contemple momentos de estudos e discussões sobre os temas que representam maiores dificuldades para os professores, a fim de que juntos os educadores e a gestão pedagógica encontre as soluções para as dificuldades.

O compromisso do educador com o acompanhamento do processo de construção do conhecimento do educando numa postura epistemológica que privilegia o entendimento e não a memorização.

Espera-se, portanto, contribuir para a concepção de informações sob uma perspectiva científica e acadêmica neste ambiente propício para a evolução do conhecimento na formação profissional e no surgimento de novas pesquisas dentro dessa área de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BARBATO JR. Roberto. **Direito Informal e Criminalidade. Os Códigos de cárcere e tráfico**. Campinas: Millennium, 2007.

BASTOS, Núbia Maria Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. Fortaleza: Nacional, 2004.

BOSSA, Nádía Aparecida. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL, **Decreto - Lei 3.799, de 5 de novembro de 1941**. Dispõe sobre o Serviço de Assistência aos Menores. Rio de Janeiro: 1941.

_____. **Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Fundação do Bem Estar do Menor. Brasília: Senado Federal, 1964.

_____. **Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Dispõe sobre o Código de Menores. Brasília: Senado Federal, 1979.

_____. **Decreto - Lei 2.318, de 30 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o Programa do Bom Menino. Brasília: Senado Federal, 1986.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Porto Alegre: Artes Gráficas, 1990.

CAMARGO, W.F. **Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental**. Monografia apresentada na Universidade Estadual de Londrina. 2010. Disponível em: <<http://www.wel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/Wanessa%20Fredericopdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2001.

CURY, Munir e outros. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ESTEBAN, M.T. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GATTI, B. A. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, p.97-114, jan-jun/2003.
- GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. 5. ed., São Paulo: Riddel, 2003.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio**. Uma perspectiva construtivista. 33.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- KAMINSKI, André Karst. **O conselho tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição?**. Canoas: Ed. Ulbra, 2007.
- KRAEMER, M.E.P. **A avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer**. 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/Canais4/rrhh/aprendizagem.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2012.
- LABANCA, Luís Edmundo. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado**. 1. ed. São Paulo: Forense, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIMA, Cláudia Araújo de (Org.). **Violência faz mal a saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- LIMA, Miguel M. Alves. **O direito da criança e do adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.
- MASSA, Patrícia Helena. A minoridade Penal no Direito Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, p.97-114, jan-jun/2003.
- MENDES, Olenir Maria. **Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2006.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 11. ed., São Paulo: Atlas, 2004.
- OLIVEIRA, I. B. de. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro, DP & A, 2003.

OSÓRIO, Débora. **Avaliação do Rendimento Escolar**: como ferramenta de exclusão social. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/aval01.htm>>. Acesso em: 12.12.2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 16. ed., atualizada por Carlos Roberto Barbosa Moreira. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 26.ed. São Paulo: Ática, 2003.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. A criança e o adolescente, representações sociais e o processo constituinte. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Set-Dec, 2006, vol.9, n. 03.

PIRES, João Teixeira. **Projeto de Fortalecimento de Conselhos Municipais do Direito da Criança e do Adolescente**: Um projeto de pesquisa-ação focado no exercício da cidadania em alianças estratégicas intersetoriais para atuação social, envolvendo instituições relacionadas à consolidação dos direitos das crianças e adolescentes, através dos princípios da democracia participativa. Disponível em: <<http://www.risolidaria.org.br/docs/20040.pdf>>. Acesso em: 01 05. 2012.

REZENDE, M.S.C.; SANTOS, M.M.; OLIVEIRA, M.C. **Avaliação escolar**: alguns debates. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia.pdf>>. Acesso em: 21.11.2012.

ROCHA, Cleide .Ribeiro Gonçakves. **Avaliação - processo em construção**. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1859-8.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

RODRIGUES, Neidson. **Escola X Professor X Aluno**. Disponível em: <http://inforum.insite.com.br/arquivos/18771/Aula_1_.doc>. Acesso em: 23 set. 2012.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 7. ed. Vozes. Petrópolis 2001.

SANTOS, Monalize Rigon da; VARELA, Simone. A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, n. 01, ago./dez., p.1-14, 2007.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória**. (Desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação e reformulação do Currículo). 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Aparecida Lemos. **Avaliação do rendimento**: escolar ou punição? Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/119>>. Acesso em: 20.09.2012.

SOUSA, Clarilsa Prado e outros. **Avaliação do Rendimento Escolar**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 11.ed. São Paulo: Libertad, 2000.

WACHOWICZ, Lilian Anna; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Avaliação: que realidade é essa? **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 81-100, jun. 2002.

WERNECK, Hamilton. **Ensinando demais, aprendemos de menos**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Se você finge que ensina eu finjo que aprendo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ZANELATTO, Ivone Maria. **Recursos de avaliação escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/a3met_ava_esc.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ANEXO

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL, VOLTADO PARA AVALIAÇÃO ESCOLAR

1) Sexo: () Masculino () Feminino

2) Qual a sua idade? _____

3) Tempo de serviço? _____

4) Qual a sua formação:

() Licenciatura: _____

() Especialização: _____

() Outros: _____

5) Qual o tempo de realização dos projetos com os socioeducandos no Centro Educacional?

6) O tempo a ser realizado e aplicados, os projetos é suficiente para que os socioeducandos atinjam seus objetivos?

() Sim () Não

7) Quais as estratégias utilizadas para avaliar os socioeducandos?

8) Como é realizado a metodologia dos conteúdos em sala de aula?

9) Quais as dificuldades que os professores encontram para avaliar os seus alunos?
